

RESENHA / REVIEW

Continuidades e rupturas: análises das Independências americanas 200 anos depois

Continuities and ruptures: analysis of American Independence 200 years later

FRASQUET, Ivana; SLEMIAN, Andréa (eds.). *De las independencias iberoamericanas a los estados nacionales (1810-1850): 200 años de historia*. Frankfurt: Vervuert/AHILA, 2009. 337 p. (Estudios AHILA, 6).

Na esteira do projeto da Associação de Historiadores Latino-americanistas Europeus, chamado *Estudios de Historia Latinoamericana*, a obra de Frasquet & Slemian (2009) surge também na voga de um período de comemorações em boa parte da América Latina: do bicentenário dos processos de independência nos territórios que faziam parte da chamada América espanhola. Constituída por doze trabalhos, a obra percorre um caminho pelo qual são desdobrados os temas, partindo-se na direção sul-norte das Américas e no qual as autoras trataram especialmente de apontar o quanto o liberalismo revolucionário e a práxis política e legislativa, primeiro nas Cortes de Cádiz e depois em Madrid e Lisboa, foram “los cimientos” para a formação dos Estados-nação que seriam construídos na América durante a primeira metade do século XIX. (Frasquet; Slemian, 2009, p. 10-11) Da mesma forma, anotam as historiadoras, a importância da historiografia que a algum tempo passou a contemplar questões mais focalizadas, aportando novas possibilidades e maior complexidade ao estudo dos referidos processos de independência.

Beatriz Bragoni, responsável pelo primeiro artigo, focalizado na região do Rio da Prata, aborda “nudos problemáticos” da formação do futuro Estado-nação argentino. Dentre estes, demonstra o quanto a

militarização revolucionária foi importante para a mobilização social e a politização dos grupos sociais rio-platenses. (Bragoni In: Frasset; Slemian, 2009, p. 16). Nessa perspectiva, um valioso aporte oferecido pela autora é a sua análise sobre a participação dos afro-descendentes nas guerras que ocorreram no período pós-revolucionário na América espanhola. Nesse sentido, para Bragoni, o nervo dorsal da política, que se converteria em nacional, formou-se em torno da militarização, do financiamento desta e da criação de novas instituições que seriam responsáveis por gerir o novo aparato político estatal. Por sua vez, para a edificação republicana desejada na segunda metade do século XIX, o Estado passaria a converter o “ciudadano en armas” (Idem, p. 38), no sujeito desse processo.

Ao analisar a formação do Paraguai, no segundo artigo da obra, Nidia Areces reivindica a importância da conjunção de variantes para compreender a história daquela região. A autora anota que as continuidades acabaram superando as rupturas, pois as preocupações dos dois principais governantes: Francia e López, unidas à condição social dos habitantes daquele território, sua “casi homogeneidad” (Areces In: Frasset; Slemian, 2009, p. 59), do guarani mesclado ao elemento espanhol, não permitiu alcançar-se a modernidade desejada. Contudo, apontar para uma identidade comum, praticamente encerrada entre os rios Paraguai e Paraná, como pretende a autora, parece não se sustentar por si mesma.

A historiadora Ana Ribeiro, analisando o processo de independência do Uruguai, ressalta a dificuldade dos historiadores contemporâneos em analisar a história daquele país. Isso, segundo a autora, ocorre por dois motivos principais: primeiro, a difícil tarefa de livrarem-se do discurso das origens da nação, formulado por volta da década de 1930; e segundo, não supervalorizar a historiografia de cunho étnico, que faz parte do ímpeto revisionista da década de 1960. Por sua vez, embora tente livrar-se de tais paradigmas historiográficos, a própria autora acaba recaído neles. Porém, parece que está na adoção restrita à história política que acaba por excluir da historiografia em questão a porção social e a participação dos sujeitos na formação nacional.

No quarto artigo de Andréa Slemian, a autora busca registrar o estado da arte centrando-se na discussão, até certo ponto polêmica nessa mesma historiografia analisada (e que pode ser aprofundada em um artigo bastante elucidativo de João Paulo Garrido Pimenta (2009), intitulado “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico”, sobre o caráter revolucionário da independência

do Brasil de Portugal. Nesse sentido, não entrando em debate sobre a conotação e as utilidades que o termo “revolução” adquiriu naquele período, a autora o utiliza como um link para o assunto que de fato ocupa a maior parte do seu artigo: os conflitos e os acertos de interesses entre os grupos imperiais, especialmente os que foram beneficiados pela instalação do aparato estatal português no Rio de Janeiro a partir de 1808. É baseada nesses aspectos que a autora indica a relação direta do caso luso-brasileiro com as rupturas operadas pelo liberalismo e pela onda revolucionária que ocorrera nos demais Estados em formação na América Latina. O que teria ocorrido diferencialmente dos demais era justamente que as instituições criadas no Brasil tinham um fio-condutor distinto: falavam em nome dos “‘intereses generales’ del Imperio y no necesariamente del derecho de los individuos.” (Slemian In: Frasset; Slemian, 2009, p. 108)

No quinto artigo que compõe a obra, Scarlett O’Phelan Godoy analisa com maestria inúmeros aspectos que devem ser considerados ao se estudar a formação do Estado e da nação peruana. Segundo a autora, a Constituição Gaditana de 1812 traria consigo uma profunda alteração daquilo que as reformas ao final do século anterior haviam tentado implantar. O intuito, conforme Godoy (In: Frasset; Slemian, 2009, p. 111), era “promover a los indios a ciudadanos para así poder ampliar la base de los electores.” A autora ressalta a participação de inúmeros *criollos* alto-peruanos na formação das juntas no interior do antigo Vice-Reinado do Peru, a fim de desqualificar as análises (especialmente de Bonilla y Spalging), que apontam para uma “independência concedida”. Para Godoy, foram determinados setores da sociedade, especialmente uma elite terratenente, que mantiveram a estrutura produtiva e, conseqüentemente, a condição social dos demais setores da sociedade num mesmo patamar, tardando a adoção de novos projetos.

Anotando que o balizamento por datas dos processos de independência hispano-americanos, por vezes, acaba imiscuindo outros elementos importantes para a compreensão destes, Federica Morelli, ao se propor analisar a formação do Estado e da nação equatorianos, ressalta a importância em evitar conclusões teleológicas. A autora identifica na fratura entre território e nação um dos principais problemas que afetara a construção dos Estados nacionais. A partir de seu “balance historiográfico”, Morelli põe em xeque a influência das reformas borbônicas nas primeiras décadas do século XIX, afirmando que a reapropriação dessas políticas pelos altos funcionários é que de fato tiveram eco na sociedade hispano-americana. Apesar de não negar uma

idéia de “herança colonial”, a autora afirma que foi no período de crise que três fatores deram como resultado “una solución original” (Morelli In: Frasset; Slemian, 2009, p. 136): a fragmentação territorial do Estado independente equatoriano; a introdução do liberalismo constitucional gaditano e sua reprodução nas práticas jurídicas; e as guerras, que reforçaram laços locais de lealdade contra o poder central. Para a autora, o liberalismo do século dezanove representa uma “fronteira móvel” entre as sociedades corporativas do Antigo Regime e aquelas individualistas de caráter moderno.

Marta Irurozqui, no sétimo artigo da obra, analisa a transformação da Audiência de Charcas, na região do Alto-Peru, no Estado independente da Bolívia. Para tanto, registra que foram por pressões externas que isso ocorreu, baseando sua proposta no multifacetismo e na complexidade do processo emancipador, pois acredita que foram “tradicionales rivalidades ‘domésticas’” (Irurozqui In: Frasset; Slemian, 2009, p. 159), que materializaram o autonomismo político. Nesse sentido, percebe-se que o Estado boliviano padeceu, desde o início das lutas pela independência, de uma forte problemática étnico-cultural, além da fragmentação resultante daquelas práticas políticas necessárias à estabilidade social (a autora ressalta o direito ao voto, dentre tais elementos), mesmo após a instalação dos aparatos democráticos.

Já Izabel Bermúdez, autora do oitavo artigo da obra, faz uma rápida análise sobre como a historiografia vem tratando o tema da independência, da formação do Estado e da nação colombianos. A autora anota duas principais interpretações sobre a história do que compunha o território do Vice-Reinado da Nova Granada: a “história batalha”, de grande repercussão e duração, bastante linear; e a segunda, que aponta a conjuntura externa como responsável pela independência das colônias espanholas da América e, para o caso da Nova Granada, um período inicial de proteção contra o “tirano usurpador”, passando a uma tendência separatista frente às tentativas de reconquista por parte da Espanha. A autora ressalta, também, a história de gênero que começou a dar outras nuances às interpretações sobre a posição da mulher diante da independência e da vida cultural e política do futuro país.

Em *El proceso emancipador de Venezuela*, de Edda Samudio, percebe-se uma visão bastante detalhada do processo “em si”, ou seja, das batalhas e dos personagens envolvidos nas disputas pela independência da Capitania-Geral da Venezuela. O que chama atenção é a utilização da teoria do historiador Carrera Damas (desenvolvida na obra de autoria deste, intitulada *Una nación llamada Venezuela*,

de 2006), para demonstrar o processo que levou à independência da Venezuela. Contudo, a tentativa de precisar periodizações que chegam a enunciar meses, para casos que demandam a análise de incidências diversas, talvez não tenha sido a melhor alternativa. Além disso, ficam vagos alguns conceitos que são, hoje em dia, caros às análises que visam compreender a construção do Estado e da nação na América Latina, especialmente a própria concepção de “nação”.

Jordana Dym, autora do décimo artigo da obra, analisa a formação do Estado da Guatemala. A autora põe em evidência a história de uma região que, segundo certa parcela da historiografia, nem sequer é considerada como tendo feito parte dos processos de independência hispano-americanos. Porém, a autora faz questão de responder contrariamente a isso, analisando alguns aspectos que ocorreram paralelamente e com as mesmas intenções que em outras regiões da América. Nesse sentido, Dym ressalta claramente a dificuldade em encontrar-se naquela região uma nação guatemalteca, pois na difícil tarefa de balancear a atuação política e econômica, entremeada por períodos de visível retrocesso devido a interesses conflitantes, acabou-se por reforçar algumas divergências entre os grupos sociais.

O penúltimo texto do livro, intitulado “De monarquías, repúblicas y federaciones en México: 1810-1847”, de autoria de Ivana Frasset, tem como um de seus objetivos expor algumas continuidades e resistências do processo iniciado com a independência do Estado mexicano, ocorrida no ano de 1822. Esta, como indica a autora, teria sido consubstanciada por importantes movimentos na península e fora dela, especialmente a Revolução Liberal de 1820, encarada pela autora como estopim do processo liberal que se (trans)formaria individualmente nos territórios do Vice-Reinado da Nova Espanha e que proporcionou os elementos necessários para a independência. Nesse sentido, Frasset aponta para a importância do federalismo como âncora das relações políticas mantidas entre aqueles interessados na consolidação do “Estado-nação” mexicano. Contudo, a larga utilização deste último termo não vem acompanhada da discussão sobre seu significado. Frasset (In: Frasset; Slemian, 2009, p. 262) registra que “A partir de 1835, la revolución había terminado, el Estado-nación estaba consolidado”. Porém, cabe a pergunta: como o Estado-nação mexicano estaria consolidado se, em 1847, verifica-se a Independência do Texas, que fazia parte daquele Estado até então? Por outro lado, como bem registra Frasset, a pluralidade de soluções ainda dariam ao Estado mexicano mais liberais, mais repúblicas e outra monarquia.

O texto que encerra a presente obra, escrito por Encarna e Carmen Moneris, discute não apenas o processo, mas as conseqüências que as profundas alterações e disputas entre grupos revolucionários e contra-revolucionários foram, a cada momento, legando à cultura política, social e econômica da Espanha, transformando a nação corporativa e territorialmente dispersa do Antigo Regime em um Estado coeso. Nesse sentido, as autoras apontam para as conseqüências que certa “desilusão” com a monarquia culminou na Constituição de 1812. Alertam, contudo, que o movimento levado a cabo ali respondia também a diversos fatores externos que seguiriam, no decorrer da primeira metade do século XIX, a influenciar as guinadas políticas entre setores responsáveis por construir um Estado “a través de un proceso de discontinuidad revolucionaria que tuvo que hacer frente a un absolutismo y a una reacción poderosa y persistente” (Moneris; Moneris in: Frasset; Slemian, 2009, p. 282). Levando em conta, obviamente, que tais discontinuidades não podem ser tomadas em sentido tautológico, as disputas tinham muito que ver, conforme as autoras, com a dificuldade de aprendizagem da Monarquia frente aos novos anseios burgueses e liberais. Encarna e Carmen atentam para o fato de que a historiografia atual permite visualizar novos matizes daquele processo, no qual a situação econômica espanhola, especialmente a partir da metade dos anos 1830, nas questões relativas ao campo e à industrialização, demonstrou estar a par de economias como da França e da Itália, com produções regionais desiguais, mas complementares, que viabilizaram um verdadeiro “asalto final a las estructuras del Antiguo Régimen” (Moneris; Moneris in: Frasset; Slemian, 2009, p. 292).

Para uma obra que comporta inúmeros elementos, à sua vez, relacionados a movimentos que estiveram intimamente ligados a fatores comuns, não é possível fazer justiça à riqueza e à variedade dos artigos em tão poucas linhas. Percorrendo situações tão diversas, os artigos não descuidam do enfoque, da proposta de analisar a formação dos Estados e das nações que seriam formados a partir da superação dos laços coloniais do Antigo Regime. Também, por isso, em seu conjunto, o livro outorga um atrativo singular, pois permite realizar a conexão de histórias que, analisadas sob a ótica de um processo comum, lhes dá sentido, ao mesmo tempo em que enriquece as visões que temos da transição daqueles territórios, de colônias para Estados-nação, indicando que esse processo, contudo, não foi, em nenhum momento, linear.

Ao dar vazão às novas perspectivas e às matizes apontadas pela historiografia atual acerca das histórias de cada região, enfatizando a

ruptura cultural, política, social e econômica entre o Antigo Regime e a modernidade, ao mesmo passo que assinalando as ambigüidades, as continuidades e as fraturas das práticas concretas, a obra auxilia a desvelar dimensões que até pouco tempo permaneciam ignoradas na história ibero-americana. Nesse sentido, este livro torna-se leitura obrigatória para aqueles que pretendem embrenhar-se pelo *métier* e compreender as distinções e as semelhanças de um processo que foi compartilhado.

Referência

PIMENTA, João Paulo Garrido. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 53-82, set. 2009.

Alex Jacques da Costa

Mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pelo PPG em História – PUCRS. E-mail: <ajcosta1109@gmail.com>.

Recebido em 19/09/2010.
Aprovado em 29/10/2010.